

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16455 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 03 - Educação Popular e Movimentos Sociais

**SABERES E PARTILHAS ENTRE MULHERES EM UMA COZINHA COMO OPORTUNIDADE DE (RE)EXISTÊNCIA NO CÁRCERE: APORTES DESDE A EDUCAÇÃO POPULAR**

Everton Luiz Simon - UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

Hosana Hoelz Ploia - UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

**SABERES E PARTILHAS ENTRE MULHERES EM UMA COZINHA COMO OPORTUNIDADE DE (RE)EXISTÊNCIA NO CÁRCERE: APORTES DESDE A EDUCAÇÃO POPULAR**

**RESUMO:** O sistema prisional brasileiro, com o terceiro maior contingente mundial de presos, enfrenta superlotação e condições desumanas, especialmente para mulheres, cujo número aumentou 28,27% entre 2017 e 2023. Este trabalho buscou compreender como saberes do/no trabalho em uma cozinha prisional, se constituem enquanto (re)existência entre mulheres no presídio de Rio Pardo - RS, abordando a relação entre alimentação e trabalho a partir da educação popular. Através da observação participante e diário de campo, a pesquisa revelou que o trabalho culinário proporciona a partilha de saberes, humanização e socialização, destacando a resiliência, criatividade e capacidade de adaptação das detentas, apesar das condições adversas e violações de direitos humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alimentação. Mulheres. (Re)existência. Educação popular. Privação de liberdade.

O sistema prisional brasileiro, nos últimos anos, tem registrado um aumento alarmante nas taxas de encarceramento, o que compromete o funcionamento de diversos serviços destinados às pessoas sob custódia do Estado. Atualmente, o Brasil possui o terceiro maior contingente populacional prisional do mundo, submetendo homens e mulheres a condições extremamente desumanas e degradantes (Fair; Walmsey, 2021).

A sentença de prisão é apenas o ponto de entrada para um universo social em que a punição é a característica principal. Sobreviver aos padrões de controle e disciplina no cárcere se torna ainda mais punitivo frente às situações que se desvelam nos complexos prisionais. No cenário brasileiro, essas instituições totais (Goffman, 1961), são marcadas pela superlotação, instalações inadequadas e insalubres, limitações a recursos básicos, como saúde e alimentação de qualidade e nutricionalmente adequada. Tais condições comprometem a dignidade humana

e perpetuam outras práticas punitivas e violações dos direitos humanos.

A alimentação no contexto do cárcere, torna-se, portanto, um aspecto negligenciado pelo Estado, ao não cumprir efetivamente os diversos dispositivos legais. No entanto, a alimentação, mais do que uma necessidade fisiológica, é uma manifestação social e cultural, uma forma de expressão e de (re)existência. No contexto prisional, revela não apenas as condições materiais de homens e mulheres, mas também suas histórias, experiências e os silenciamentos impostos pelo sistema. Assim, buscamos compreender como saberes do/no trabalho em uma cozinha prisional, se constituem enquanto (re)existência entre mulheres no presídio de Rio Pardo – RS.

A metodologia apoiou-se na observação participante, com registros em diário de campo (DC), entre março de 2023 e junho de 2024. As participantes da pesquisa são 6 mulheres que trabalham na cozinha do complexo, selecionadas conforme os princípios éticos de pesquisa em educação e com seres humanos. O perfil das participantes é diversificado sendo: 3 mulheres negras e 3 brancas, com idades entre 35 e 48 anos, sendo que 05 possuem ensino fundamental incompleto e 01 o ensino médio completo.

Nesse sentido, os saberes populares se constituem a partir da necessidade, da prática e das experiências. Não é uma abstração teórica, mas um saber prático, concreto e imediato, que se reafirma nas vivências e nas diferentes situações de partilha entre homens e mulheres, através da linguagem, do corpóreo - gestual, da escuta e do olhar, tornando-se parte da formação de identidades coletivas e na transformação humana e social (Freire, 1987; Simon; Ploia; Moretti, 2023).

Assim, a partir de uma imersão na realidade prisional, compreendemos a complexidade das experiências alimentares em diálogo com os princípios da educação popular. Isso nos permite concluir que a comida produzida no cárcere se estabelece como uma categoria estabelecida do/no trabalho e cultura, sendo uma ação sobre a natureza que a converte em um produto cultural adaptado às necessidades humanas. Portanto, a conexão entre trabalho e alimentação no cárcere torna-se um fio condutor que une experiências, saberes e práticas educativas, ao mesmo tempo em que mediatiza uma estratégia de (re)existência das mulheres contra as condições opressivas do contexto prisional.

O desenvolvimento de atividades de pesquisa/extensão em prisões pelo grupo de pesquisadores/as na região ocorre desde 2018 através de atividades em colaboração no processo de produção de refeições em uma prisão masculina, com vistas a minimizar os problemas de insegurança alimentar, má qualidade e o excessivo desperdício de alimentos. A partir de 2022, com a reabertura do presídio de Rio Pardo, redirecionamos nossas atividades para estar com as mulheres cozinheiras. São, portanto, relações de confiança que foram se estabelecendo com a 8ª delegacia penitenciária regional ao longo dos anos.

Privilegiamos participar da rotina laboral e compreender os seus saberes e suas experiências derivados da produção de comidas. Semanalmente, trabalhamos diretamente

com elas, participando das atividades de produção, aprendendo e compreendendo as dinâmicas, construindo formas de partilha. Neste processo prático-dialógico, a observação, a oralidade, a escuta e o estabelecimento de relações de confiança, sem julgamentos, tornaram-se fundamentais no pesquisar com as mulheres cozinheiras.

As vozes sufocadas das mulheres em situação de encarceramento não podem ser analisadas fora de seu contexto, visto que a condição da prisão, embora seja temporária, tem as suas peculiaridades, pois cada sujeito narra os acontecimentos a partir de sua subjetividade e de seu lugar no espaço social. Em nossos registros, percebemos minúcias e sutilezas, como também todos os sistemas de controle, segurança e vigilância que regem o (sobre)viver no cárcere.

Na cozinha, as mulheres são responsáveis pelos processos laborais. Elas realizam diversas atividades, desde o recebimento de insumos – hortifruti, carnes e demais alimentos –, higienização e armazenamento adequados, planejamento do cardápio, produção das refeições, distribuição e limpeza nas duas cozinhas do complexo prisional.

As atividades laborais das cozinheiras são organizadas em escalas, divididas em dois turnos. O primeiro grupo, composto por três delas, inicia suas atividades às 6h da manhã, com o preparo e distribuição do café da manhã, servido às 7h. Em seguida, elas preparam o almoço, servido às 11h30min. O cardápio do almoço, definido em conjunto por elas e sem acompanhamento profissional, é baseado nos insumos disponíveis no almoxarifado. Geralmente, o almoço consiste em arroz, feijão, um carboidrato adicional - que pode ser macarrão, batata-doce, mandioca ou batata cozida - e uma porção de carne de aproximadamente 80 a 100 gramas. A variedade da carne depende da disponibilidade, podendo ser bovina, suína, salsichão ou frango. Legumes e saladas são incluídos no cardápio quando há estoque no almoxarifado.

O segundo grupo inicia suas atividades por volta das 14h, preparando o lanche da tarde, servido às 15h, e o jantar, servido às 18h. O jantar mantém a base de carboidratos do almoço, com arroz e feijão, variando o terceiro carboidrato. No entanto, a principal diferença está na proteína: no jantar, a carne é substituída por ovo, que pode ser cozido, frito ou em forma de omelete. Essa substituição é uma estratégia adotada pelas detentas para garantir que a carne, disponível em quantidade limitada, seja utilizada no almoço ao longo da semana, proporcionando maior variedade na alimentação. Desse modo, compreendemos que o fazer-saber se manifesta além da prática, se entrelaçando às experiências anteriores ao cárcere, além da capacidade que as mulheres apresentaram de adaptação e improvisação nas situações do/no trabalho. É um saber, conforme Cornu (2001), que se manifesta não apenas nos gestos e movimentos, mas também na capacidade de interpretar sinais e antecipar problemas.

Os saberes das mulheres do/com o trabalho cotidiano na cozinha desvelam um importante processo de humanização e socialização. Desse modo, percebemos que nessas atividades do viver cotidiano, práticas e processos criativos e educativos, inter-relacionados a

outros arranjos sociais, configuram tramas complexas de saberes e práticas populares. Estas ações não apenas moldam a consciência, mas também a materializa em maneiras concretas de saber que se desenvolvem ao longo da existência dos sujeitos.

Nas incursões, constatamos que o trabalho exercido por elas, se caracteriza de maneira dualista: ao ocupar-se em atividades laborais, permite um afastamento da realidade de estar entre as grades e de sonhos e oportunidades para a vida em sociedade no pós-cárcere.

*[...]eu gosto de trabalhar aqui porque eu ocupo minha cabeça, meu dia passa mais rápido aqui dentro. Adoro! Sabe... eu ia trabalhar num restaurante lá... Mas aí eu fui presa, eu ia trabalhar ...(silêncio) [...]. Mas eu vou tentar conseguir lá de novo. Vou conseguir um serviço, eu quero trabalhar em cozinha. Eu adoro trabalhar na cozinha. (COZINHEIRA 1).*

Ao referir-se sobre o trabalho realizado, a Cozinheira 2 destaca que este “[...] tira bastante o sofrimento da solidão e os pensamentos ruins daqui sabe professor. Eu gosto de mexer nas panelas, eu gosto de mexer com comida, sabe [...]”. Relembra que iniciou as atividades na cozinha, “[...] como terceira auxiliar, tirava folga de uma hoje, uma folga de outra amanhã, e aí agora eu tô de cozinheira”, finaliza.

As mulheres atuam nas cozinhas não somente pela questão política da remição da pena e do sofrimento de estar no cárcere, mas como um processo que permite estabelecer relações interpessoais – de socialização, auxiliar no cuidado/respeito, gerar responsabilidade e contribuir para os processos de (re)afirmação identitária/étnica e na transformação social.

A conexão positiva do trabalho realizado, se torna uma solução viável ao afastá-las do que podemos denominar de ócio negativo e geram motivação para partilhar saberes e experiências e adquirir mais conhecimentos nesse processo educativo cotidiano. Portanto, o trabalho é educativo em si, servindo como ferramenta de ação humanizadora, de transformação e desenvolvimento social.

Para elas, o trabalho é visto como prazeroso: “*eu cozinho com alegria, eu gosto... eu gosto de tá em roda do fogão cozinhando, é amor, sei lá..., eu cozinho é com amor, que nem se diz [...]*”, diz a Cozinheira 1 (2023). Nessa conexão afetiva estabelecida entre trabalho-alimentação, a Cozinheira 2 (2023) relembra as experiências de quando cozinhava na sua casa: “*adoro fazer minha comida no fogão à lenha. Geralmente, quando tô em casa, eu cozinho no fogão a lenha, que eu adoro, tendo as coisas pra cozinhar eu gosto*”. Além disso, a Cozinheira 2 (2023) acrescenta que

*cozinhar é muito bom, sabe? Eu gosto de aprender coisas novas, eu invento as vezes com o que tem aqui para a gente cozinhar, massa com alguma coisa, uma maionese quando tem batata. Amo maionese, né, porque se... (risos) depender de mim tem todos os dias. Ou várias coisas, sabe. Que nem em casa (silêncio), quem cozinhava era eu,*

Os saberes, as práticas e as lembranças nostálgicas da vida pré-cárcere também foram manifestadas pelas Cozinheiras através do exercício do produzir, isto é, do trabalho, quando participamos coletivamente da elaboração das comidas para o almoço. Em diálogo com a Cozinheira 1, “*eu quando tô cozinhando, assim, fazendo uma comida aqui, vai me trazendo umas lembranças assim (silêncio) Ahh! De casa, né?*”. Ao apontar para a panela ela mostra o que estava preparando para o almoço e revelou com alegria no rosto: “*esse feijão era feito assim, minha mãe não punha alho. Eu não uso também. Eu aprendi com ela assim. Ela cozinha muito bem. Sempre tinha muita comida lá em casa*”, seguindo o trabalho, com uma colher grande cheia de sal, que é colocada dentro da panela, sem medir e provar, possivelmente ao perceber minha reação, me perguntou. “*Quer provar professor? [...] Está bom de sal né?*”. Ao responder que estava no ponto adequado, indaguei como ela aprendeu a quantidade ideal, “*ah...fui aprendendo, já errei, hoje, já sei a quantia né? Aqui a gente precisa se virar como pode e com o que tem*”. (2023). Ao observar a interação, a Cozinheira 3 complementa que “*na minha casa não tinha essa de feijão requentado. Sempre tinha que ser arroz novo e feijão novo todo dia*”. Ela complementa, “*minha vó que cozinhava, eu aprendi com ela. Ela me falava como era pra eu ir fazendo, aprendi muito vendo ela cozinha*”. Podemos constatar que a (re)existência da autonomia é, também, um aprendizado, atestando que os saberes se estabelecem no processo do criar e recriar, ou seja, são saberes da experiência.

Entre lembranças, constatamos que através do produzir, do partilhar, do recriar e do comer, se interrelacionam experiências, resultado do trabalho e de alternativas relacionadas ao contexto e aos sentidos. Por outro lado, em situações particulares, notamos momentos de silenciamentos. As razões políticas do silêncio se manifestam não apenas como uma falta de linguagem, mas como uma estratégia de (re)existência, para não manifestar sentimento de culpa, de sofrimento ou emoções. Conforme Freire (1987), a “cultura do silêncio” se estabelece na estrutura opressora, dentro da qual e sob cuja força condicionante vêm realizando sua experiência de “quase-coisas”, necessariamente os constitui desta forma. Desta maneira, o silêncio e o esquecimento atuam como (re)existências das mulheres, especialmente no cárcere, em que falar pode ser perigoso.

Foi nesse ambiente, em atividades de co-labor-ação, que percebemos, através das narrativas sobre o saber-fazer a comida, que se manifesta a criação, a criatividade, que pode ser pensada como ação ontológica humana, semelhante ao trabalho e ao nosso ser mais (Freire, 1996). Assim, o cotidiano na cozinha do cárcere se torna, além de um modo de (re)existir dentro de um sistema, um espaço de partilha contínua, onde as interações sociais, os saberes e as práticas comuns se entrelaçam, criando uma trama diversificada de entendimentos e habilidades que são transmitidas e recriadas por e entre mulheres.

**REFERÊNCIAS**

CORNU, R. **Educação, saber e produção**. Lisboa. Horizontes Pedagógicos, 2001.

FAIR, H.; WALMSLEY, R.. **World Prison Population List**: thirteenth edition. thirteenth edition. **World Prison Brief**, London, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

SIMON, E. L.; PLOIA, H.H; MORETTI, C.Z. **Educação, trabalho e alimentação**: experiências de mulheres em espaços domésticos. Jundiaí, Paco, 2023.